

O mistério do Diário Oficial que os assinantes não leram

Os 33 mil assinantes do Diário Oficial do Estado não receberam um suplemento especial que sempre, entre os meses de abril e maio, é publicado pela Imprensa Oficial. Trata-se do Balanço Geral do Estado, contendo relatórios sobre as contas do Exercício Financeiro de 1978, previsão, execução e diferença que é a economia orçamentária. As repartições públicas e as secretarias do governo, exceto a Casa Civil, também não receberam o suplemento com o balancete.

Por que o Suplemento não circulou? O que estaria publicado nele que Paulo Salim Maluf tanto procurou esconder? Na Imprensa Oficial ninguém quer falar sobre o assunto. No Departamento de Circulação dizem que a edição esgotou-se e que só há um último exemplar e que os assinantes têm que tirar cópias das páginas que lhe interessarem. Perguntas de maior profundidade são respondidas sumariamente, "mas só através de um ofício à direção do Jornal".

A data do Suplemento de número 79 é 28 de abril, quando, portanto, a greve dos funcionários públicos atingia a auge. Eles reivindicavam um aumento de 70% mais Cr\$ 2 mil de abono. Dizendo-se falido, o governo contrapunha um aumento que variava a 8,3% a 23%, sobre o salário atual argumentando ainda que as despesas com pessoal no ano passado teriam sido de 40 bilhões, na verdade, segundo o balancete proibido, 31 bilhões e 547 milhões, cerca de 38% do orçamento.

Para este ano, o orçamento aprovado pela Assembléia e elaborado pelo governo anterior prevê gastos com o pessoal da ordem de 63 bilhões de cruzeiros. Isso leva à conclusão que se o número de funcionários públicos não for aumentando, o que já está proibido pelo chamado decreto da austeridade administrativa de Maluf, levando-se em conta a economia orçamentária do ano passado, o Estado teria condições financeiras

reais de conceder um aumento até de 66,3% aos seus funcionários, e mais o abono.

Na página 87 do Suplemento que não foi distribuído, está publicado o balancete do ano anterior. Uma análise das Despesas autorizadas com pessoal, elemento 3.110, leva a conclusão que Paulo Egydio Martins economizou com pessoal exatamente Cr\$ 1.941.645.557,74, ou seja, 5,8% da despesa autorizada.

Só na Secretaria da Educação houve uma economia, sempre segundo o balancete, de Cr\$ 1.381.258.032,92, ou seja, 9,4% da despesa autorizada. No primeiro Tribunal de Alçada Civil, essa economia foi de 23,8% e nas Secretarias dos Transportes e da Justiça, respectivamente de 9,4 e 9,5%. A única Secretaria que despendeu toda a despesa autorizada com pessoal, deixando uma sobra de apenas 9,34 cruzeiros foi a dos Negócios Metropolitanos. Em todas as outras existiram diferenças a favor do Estado, entre as despesas autorizadas e as efetivamente realizadas com pessoal.

Comparadas com as despesas previstas para 1979, ou seja, Cr\$ 50.419.523.032,00, mantidos os mesmos níveis de realização e ainda se não forem consideradas nenhuma suplementação de pessoal e afinal nenhuma utilização das chamadas reservas de contingência, haverá nesse ano uma economia orçamentária com pessoal de Cr\$ 2.924.332.335,86.

Por exemplo, se o governo mantiver os mesmos recursos do ano passado para esse ano, teremos o seguinte quadro: despesa autorizada para 1979: Cr\$ 50.419.523.032,00. Despesa real para 1978: Cr\$ 31.537.250.994,26, o que dá uma diferença de Cr\$ 18.882.272.037,74.

Se dessa diferença entre o orçado em 1979 e o realizado em 1978 for subtraído o abono de Cr\$ 2.000,00 dado aos 368 mil funcionários públicos durante 11 meses, incluindo o 13º salário no montante de Cr\$

8.196.000.000,00 será obtido o seguinte resultado: Cr\$ 18.882.272.037,74 menos Cr\$ 8.196.000.000,00 é igual a Cr\$ 10.686.272.037,74, isto é, a diferença.

Os gastos com pessoal em 1978, como já se viu, foram de Cr\$ 31.537.250.994,26. Se desse total for abatido o abono já concedido de Cr\$ 2 mil, a diferença final será de Cr\$ 10.686.272.037,00, restando assim o equivalente a 33,88% sobre o efetivamente pago em 1978 ao pessoal. Isso quer dizer que atualmente se considerarmos o número de pessoal existente no Estado, no ano passado, Paulo Salim Maluf teria condições de conceder um aumento de 33,88% e mais os Cr\$ 2 mil do abono.

Neste cálculo não estão previstas nenhuma suplementação de pessoal que poderá ocorrer durante o ano, nem a utilização das verbas da reserva de contingência de cada Secretaria. Tampouco os cortes que o governo está fazendo em outros elementos econômicos, com material de consumo, compras de equipamentos etc, num total de Cr\$ 8.300.000.000,00 que segundo a argumentação oficial seria para suprir o abono recentemente concedido por Maluf.

Uma outra análise ainda poderia ser feita levando em consideração os cortes orçamentários feitos atualmente em outros elementos econômicos para suprir as necessidades de pessoal, como vimos de Cr\$ 8.300.000.000,00:

Cr\$ 50.419.523.032,00 (autorizado para 1979)
 + Cr\$ 8.300.000.000,00 (cortes orçamentários)
 - Cr\$ 31.537.250.994,26 (realizado em 1978)
 - Cr\$ 8.196.000.000,00 (abono de Cr\$ 2 mil)
 18.886.272.037,74

Assim, se comparados esses resultados com o realizado em 1978 encontra-se um percentual de 60,20%, o que leva à conclusão de que o governo atual poderia dar, além do abono, de Cr\$ 2000, um aumento de 60,20%

EDITORIAL

Após longo período voltamos a aparecer. Nestes dois meses tivemos uma greve que durou trinta dias e que foi um período muito rico na vida da Universidade. Temos neste boletim alguns artigos que examinam aspectos da greve. Convidamos todos professores que colaborem também nesta análise.

A Adunicamp saiu bastante reforçada da greve, tanto no aspecto numérico (tivemos mais de 200 novos sócios) quanto no aspecto qualitativo.

Solicitamos a todos os colegas que não se associaram, que o façam. Deveremos ter eleições em agosto e somente votarão associados.

Convidamos também os colegas a participarem das reuniões de diretoria e conselho de representantes, levando suas críticas e sugestões.

A Adunicamp não se confunde com sua diretoria nem com seu presidente, portanto a maneira correta de se fazer crítica é permanecendo e atuando na Associação e não saindo dela.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLÉIA

GERAL DA ADUNICAMP DE 22/05/79

- Apesar da resolução da Câmara Curricular de estender o semestre até 26/07/79, os professores da Unicamp, baseados no princípio da não aceitação de imposição de reposição de aulas, decidirão que manterão o calendário inicial para o primeiro semestre de 1979, isto é, obrigam-se a dar aulas até 30/06/79. Os casos excepcionais de estrita necessidade de serem dadas aulas após 30/06/79, deverão ser decididas em comum acordo entre alunos e professores nas respectivas disciplinas e, neste caso, a matéria suplementar não será considerada para efeito de avaliação do aluno.

- Foi decidido, ainda, tornar pública a carta abaixo:

Nós, professores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em assembléia realizada em 22 de maio de 1979, tendo em vista o impasse criado pela posição de absoluta intransigência e desrespeito à opinião pública, por parte do governador do Estado de São Paulo, em relação ao funcionalismo público do nosso estado, vimos a público reafirmar nossa posição de princípios, já estabelecidos:

1.- repudiamos, veementemente, quaisquer atitudes, inclusive as de caráter administrativo, que possam se caracterizar como punição aos participantes da campanha salarial;

2.- consideramos os dias de greve como de efetivo exercício sendo, portanto, contrários à reposição das aulas a esse período.

A falta de interesse do governador em buscar uma solução para os prementes problemas que afetam os serviços públicos e, em particular, o dos funcionários públicos, faz com que haja uma deterioração progressiva desses serviços que o governo seria obrigado a prestar à comunidade. Tal comportamento se reflete em nosso meio universitário pela queda do nível de ensino e pesquisa, pela evasão de pessoal qualificado em todos os níveis, etc., o que parece não sensibilizar o sr. Paulo Salim Maluf que, além de tudo, premia as universidades com um substancial corte orçamentário, classificando como não prioritário para a comunidade.

A LUTA CONTINUA

a greve

e as perspectivas de organização do funcionalismo

Ricardo Maranhão

1. Uma nutricionista do Hospital das Clínicas da Unicamp é demitida. Imediatamente, o Comando Geral da campanha salarial dos funcionários daquela Universidade é chamado a contestar a demissão, e trabalhadores do hospital dão início a uma campanha pela readmissão, ou contratação de uma nutricionista.

2. Uma assembleia de funcionários do restaurante da Unicamp, na presença do Diretor de Serviços Gerais da Universidade, de uma comissão da Associação de Docentes da mesma (Adunicamp), denuncia as arbitrariedades dos chefes do restaurante, e exige melhores condições de trabalho.

3. Diante da demissão do dr. João Yunes, diretor do Hospital do Servidor Público Estadual, em São Paulo, seus funcionários interrompem o trabalho para fazer uma assembleia, fazem uma manifestação de repúdio à demissão e dirigem-se à Assembleia Legislativa e aos jornais, para denunciar a medida.

Esses três fatos, ocorridos nas duas semanas anteriores a esta, podem ser olhados isoladamente, sem nenhuma relação entre si, ou com a longa greve dos funcionários públicos do estado encerrada há três semanas. A saída de uma nutricionista pode ser um fato corriqueiro, e mesmo a demissão do diretor do Hospital do Servidor pode ser um simples ato de poder de um governo que assumiu há pouco, pois se trata de um cargo de confiança do governador. Entretanto, se olharmos as coisas assim, e principalmente se não entendermos o caráter de ação coletiva das manifestações contra as demissões arbitrariedades, corremos riscos de esquecer logo mais o fato histórico sem precedentes da greve do funcionalismo estadual.

Dentro de um regime ditatorial como vivemos, dentro de uma estrutura burocrática e autoritária de direção de aparelhos de estado, e no quadro de uma categoria de trabalhadores sem uma tradição recente de luta, a análise das três mobilizações de que estamos falando diz respeito à própria discussão sobre o que se perdeu ou se ganhou com a greve. E tem relação com o problema crucial que hoje se coloca, o da organização dos funcionários, tanto na defesa dos seus interesses específicos como enquanto cidadãos.

SEM GENERALIZAÇÕES GRATUITAS

Vários professores, médicos, agrônomos, etc., particularmente das universidades, estão dizendo que a greve foi uma derrota. Pedíamos 70% de reajuste mais Cr\$2.000,00 fixos, e esta última parcela foi conseguida sem que houvesse reajuste percentual nenhum. De outro lado, funcionários de baixos salários, e análogas um tanto quanto entusiasmados, afirmam que a greve foi uma vitória: para a grande maioria do funcionalismo, dois mil cruzeiros a mais representam muito mais do que o governador propôs em sua primeira mensagem à Assembleia, rejeitada pelos deputados do MDB graças a pressão da greve. Os dois pontos de vista são excessivamente genéricos presos a considerações estritamente econômicas.

Se fossemos fazer generalizações fáceis pelo ângulo econômico, a única possível seria: se a grande maioria do funcionalismo ganhou, foi uma vitória; mas falar isso não resolve nem o problema dos que receberam muito pouco diante dos seus salários, e que são igualmente explorados e vítimas da sanha malufista, e nem o problema dos que entraram na briga certos que receberiam um índice pelo menos superior a inflação. Na verdade, temos que considerar o problema do ponto de vista político. Não cabe aqui neste artigo dar resposta a questões decisivas de encaminhamento da greve, que devem ser avaliadas: a importância de uma campanha unificada do funcionalismo, que deu o salto político da reunião do lixeiro como o serviço de nível universitário; os problemas da unificação, em parte responsáveis pelos erros e acertos da Coordenação Geral Permanente (CGP) da campanha salarial; a questão do dinamismo e da flexibilidade da CGP, e se seria possível ela ter sido uma direção efetiva do movimento, já que ela o foi no momento de ascensão mas teve vacilações no momento do refluxo; e a questão da correlação de forças no enfrentamento com o governo, já que política reivindicatória se faz também prevendo as ações do adversário, o que implica em se discutir se entramos em greve no momento preciso, se encaminhamos corretamente as negociações e se escolhemos de maneira precisa as bandeiras de luta. Essas questões estão colocadas e exigem um debate amplo sobre o encaminhamento, mas trata-se (aqui) de verificar o saldo político do movimento.

BRILHO NOS OLHOS E A CABEÇA ERGUIDA

A greve não foi diretamente política, mas tomou a dimensão clássica de um fato político pela sua extensão, amplitude, unificação e pela confrontação direta com o governo, que ela desmascarou nas suas pretensões mirabolantes e anti populares. Quem foram os atores mais importantes desse fato político, que setor demonstrou maior combatividade? Não temos uma análise aprofundada da posição social dos grevistas, mas podemos adiantar que os setores mais destacados são do seguinte perfil: primeiro, o grande número de trabalhadores manuais dos setores da educação e saúde, que demonstraram alto grau de mobilização e capacidade de execução das tarefas necessárias à infra-estrutura e encaminhamento da greve. Do ponto de vista da situação profissional, muitos deles (à exceção de serventes, porteiros, faxineiros e garis) são operários semi-especializados ou especializados como gráficos, laboratoristas, técnicos agrícolas, químicos industriais, caldeiros, enfermeiros, eletricitas, radiologistas, etc. Vivem como operários, em bairros proletários, no mesmo universo social dos operários manuais urbanos, e ganham menos, em geral, que os operários industriais do setor privado.

Segundo, os trabalhadores de nível universitário da educação, saúde e agricultura, na sua imensa maioria professores. Este setor, bastante decisivo, é constituído em boa parte por pessoas que, pela sua formação, são em geral bem informados e sensíveis às questões políticas e ideológicas mais gerais da conjuntura, o que pode levá-los por outro caminho uma boa mobilização.

Quanto aos típicos funcionários administrativos e burocráticos, mais caracteristicamente chamados de "colarinhos brancos" pela sociologia, tiveram participação menor na greve, o que se evidencia pela ausência de mobilização em secretarias como a do planejamento, Administração, Justiça e muito pouca atividade na Fazenda.

Do ponto de vista político, a unidade reivindicativa de operários manuais com trabalhadores intelectuais representa um ganho, um saldo positivo evidente, em uma sociedade hierarquizada e pouco democrática como a nossa. Para os trabalhadores de nível universitário, num país em que as tradições preconceituosas tentam impingir a ideologia de que o intelectual age de maneira individualista e só busca "status", o movimento intensificou canais de expressão economico-corporativa; e essa expressão foi potencializada pelo apoio dos outros setores. Além disso, ampliou-se a possibilidade de romper os "ghettos" universitários ou de gabinete em que o regime tenta aprisionar os intelectuais.

Do ponto de vista dos operários do funcionalismo, além da abertura de canais mais eficientes de expressão economico-corporativa (que no caso dos de baixa renda levou à evidente vitória parcial dos R\$2.060,00 fixos), a greve trouxe outros ganhos para sua própria atuação como cidadãos. A paralização teve um forte grau de espontaneidade em muitos setores, e por exemplo na universidade os baixos funcionários arrastaram em alguns casos os professores ainda indecisos. A mobilização de pessoas acostumadas pela hierarquia funcional à submissão, discutindo com altos funcionários e intelectuais os rumos do movimento, decidindo e lutando por seu destino imediato, trouxe um fato psicossocial novo: a possibilidade de aquisição de uma consciência democrática, de uma maior clareza quanto aos direitos de cidadão. Nesta greve, muita gente obscura para seus superiores, acostumada a anos de cabeça baixa nos corredores das suas repartições, ganhou um novo brilho nos olhos e ergueu a cabeça. A atitude dessas pessoas, lado a lado com superiores hierárquicos e pessoas consideradas mais próximas da elite intelectual, seguramente deu uma força ao movimento capaz de sustar os golpes da repressão e tornar difícil a aplicação desses golpes. A excelente atitude dos diretores de unidades da Unicamp, que tiveram força para repudiar ingerências repressivas contrárias à autonomia universitária, teve também isso como base.

O PESO DO COTIDIANO E A QUESTÃO ORGANIZATÓRIA

Não é preciso citar Gramsci para saber que os movimentos das classes dominadas que apresentam uma forte dose de espontaneidade, podem ser seguidos de uma violenta reação dos setores dominantes, empenhados em lhes dobrar a espinha. Se não se canaliza essa espontaneidade em organização, se não se aglutinam os elementos esparsos e embrionários da direção do movimento em direção efetiva, a reação acontece de maneira necessária. Não precisa sequer ser uma reação violenta; o próprio cotidiano, o cotidiano da hierarquia funcional, tende a repor as coisas no seu (in)devido lugar e punir os recalcitrantes. Daí a importância dos três fatos que citamos no início do artigo. A mobilização dos funcionários do restaurante, os protestos dos servidores dos hospitais, são um evidente saldo de mobilização da greve. Mas isto não é suficiente. Dentro de algum tempo, será muito mais fácil

para os altos administradores, pressionados e avaliados por um governo que deseja extrair do sangue dos servidores públicos os fundos necessários para suas obras faraônicas, demitir e suspender trabalhadores mobilizados. Só a organização permanente permite dar respostas imediatas de mobilização a essas atitudes arbitrárias.

Há um saldo organizatório palpável dessa greve. Ela ajudou muito os professores secundários a retomar a diretoria da velha APJCESP, depois de muitos anos de peleguismo. Nas duas maiores universidades, as diretorias ineptas e pelegas das associações de servidores (ASSUSP E ASSUC) se defrontam agora com uma forte oposição, que deverá em breve devolvê-las a seus sócios. Muitos setores da saúde e da agricultura que não possuíam associações, estão criando-as agora, enquanto entidades representativas como as associações de docentes das três universidades, a Associação dos Funcionários do HC de S. Paulo e várias outras, se fortaleceram e tendem a incorporar quadros combativos que antes não militavam pelo próprio medo das restrições à liberdade de organização. Finalmente, a própria Coordenação Geral Permanente da Campanha Salarial Unificada, se reformular sua estrutura e rever seus erros e acertos, adquirindo maior dinamismo, poderá ser o embrião de uma entidade estadual unitária do funcionalismo.

UMA PERSPECTIVA SINDICAL

A organização da sociedade civil no Brasil se defronta com o grave problema da ausência de uma estrutura sindical autônoma. Para os funcionários públicos, a coisa é mais grave, pois legalmente não podem sequer se organizar em sindicatos. Para nós, fortalecer nossas associações civis e democratizá-las é uma tarefa imediata. Entretanto, a questão organizatória coloca um problema mais geral: qual a perspectiva estratégica dessas associações e movimentos, capaz de informar o seu programa de atuação e iluminar a conduta de seus dirigentes?

Mar-se uma perspectiva sindical. Essa afirmação exige que se abandone um conceito que nos foi imposto: o de que os sindicatos se dediquem exclusivamente à luta salarial (por sinal também reprimida) e a preencher as falhas da assistência médica oficial. Hoje os sindicatos que funcionam, e os dirigentes sindicais autênticos, assumem cada vez mais a luta pela liberdade de organização e expressão, necessária para que a própria luta salarial se torne uma realidade. Assumir uma perspectiva sindical significa contestar, na prática, a absurda proibição de que nós funcionários públicos, tenhamos nossos sindicatos, como passo para a luta pela destruição legal dessa proibição. Mas significa também contestar a estrutura sindical vertical e imposta que divide os trabalhadores na sua luta, reforçando a unidade dos funcionários e não aceitando a classificação oficial de trabalhadores por categoria, perigosa muitas vezes. Dentro da universidade, por exemplo, se fossemos tomar a classificação por categoria, teríamos dezenas de categorias distintas de trabalhadores, do lixeiro ao professor, passando pelos contadores. Uma organização unitária dentro dessa universidade reforçaria a luta pela organização dos sindicatos por setor de atividade. Se essa classificação pode criar problemas em certos setores das empresas privadas, para o setor público ela é necessária, pois reuniria trabalhadores da educação, trabalhadores da saúde, etc., expressando realmente o mundo do trabalho nesses setores.

Ao mesmo tempo não se pode perder de vista a especificidade dos vários casos. As associações de docentes universitários, por exemplo, embora não sejam do tipo sindical, entre outras têm uma problemática específica: a questão do ensino e pesquisa, que passa pela definição das políticas de desenvolvimento do conhecimento, pela definição dos conteúdos prioritários dos cursos, etc., que não dizem respeito diretamente, por exemplo, aos funcionários do departamento de pessoal das universidades. Da mesma forma, os médicos e outros devem ter questões específicas, o que não impede que professores e médicos levem suas lutas mais gerais nos sindicatos de trabalhadores da educação e da saúde, respectivamente.

Essas lutas mais gerais são salariais e políticas. Mesmo que não tenhamos sindicatos, devemos inscrever no nosso programa as várias formas de reivindicação por melhores condições de trabalho, ao mesmo tempo que devemos procurar organizar-nos pela base, através de comissões permanentes nas unidades de trabalho. Na luta pela liberdade de organização, será necessário constituir associações regionais e estaduais unitárias de servidores, ao mesmo tempo que será inevitável colocar a questão que hoje preocupa os sindicalistas autênticos, da Central Única de Trabalhadores. Ao mesmo tempo, deve-se evitar a multiplicidade de organismos, o mais ainda as "associações paralelas", nos casos em que a diretoria de uma determinada entidade não se coloque ao lado dos trabalhadores: as entidades existentes não são nossas, e é fundamental colocá-las a serviço da classe. Somente se nos prepararmos para discutir organizadamente essas questões, e transformá-las em prática organizatória, não se perderá a greve sob o peso cotidiano.

condição de trabalho no restaurante

ou como a atenção e cuidadoso encaminhamento de uma questão pela Assembléia Geral de funcionários e professores da Unicamp e pela Adunicamp produziu um resultado concreto e consolidou um avanço político dos trabalhadores.

"Terror no restaurante da Unicamp". Com essas palavras, a população de Campinas tomava conhecimento de condições de trabalho que iam da proibição do uso do telefone ao pagamento irregular de horas extras, passando por vários tipos de desmandos de chefias autoritárias.

Tudo começou antes do início da campanha salarial quando um grupo de funcionários recebeu a informação de que cinco pessoas dos Restaurantes haviam sido demitidas sob a acusação de terem se reunido para reivindicar a contratação de mais pessoal. Entrevistas individuais com os "demitidos" começaram a mostrar uma realidade insuspeitada. Na primeira Assembléia Geral de Professores e Funcionários da Unicamp, dia 18 de abril, a paralização dos Restaurantes foi aclamada.

Nesse mesmo dia, a reunião dos funcionários dos restaurantes contou com a ativa participação de professores e outros funcionários. Apesar do medo generalizado entre o pessoal dos restaurantes, realizou-se um levantamento e xauativo, onde apareciam problemas de diversas ordens: o baixo-salário, o trabalho pesadíssimo, as demissões, a proibição do uso do telefone, o tempo insuficiente para saídas (mesmo para apanhar o salário em dia de pagamento), a irregularidade no pagamento das horas-extra e o rígido sistema de controle. As informações veiculadas nessa reunião e a partir dela bastavam para caracterizar o restaurante 2 (o grande) da Unicamp como uma espécie de "senzala" da força de trabalho na região. Isso aliás parece estar na raiz da dificuldade em encontrar candidatos para esse trabalho e no fato, conhecido das crises de choro de algumas concursadas na Unicamp quando lhes era comunicado que deviam assumir vagas no restaurante.

O encaminhamento adotado, pelas Assembléias Gerais de Professores e Funcionários nessa questão se desdobrou em quatro momentos: 1) envio ao Reitor de documento descrevendo a situação dos restaurantes; 2) Publicação na imprensa campineira do documento acima referido sobre o "Terror no Restaurante; 3) Apresentação dos demitidos a advogado contratado pela Adunicamp; 4) Constituição de comissão de professores para discutir todas essas questões com o Diretor de Serviços Gerais (DGA-6) da Unicamp por ocasião da retomada do trabalho.

Nesta última reunião, o Diretor da DGA-6 pôs-se à disposição da Comissão e da Adunicamp, para, junto com elas provocar, uma reunião de todos os funcionários dos restaurantes a fim de discutir a questão.

Essa reunião ocorreu na tarde do dia 24 de maio. Seus resultados foram os seguintes:

1. O diretor da DGA-6 informou a substituição do chefe do Restaurante. Passa a ocupar o cargo uma funcionária da representação dos funcionários do Restaurante em Assembléia Geral.
2. Informou que as cinco demissões prévias à paralização das atividades estavam sem efeito, devendo os interessados retomar o trabalho.
3. Informou também que um dos aparelhos telefônicos do Restaurante seria mudado de lugar, tornando-se efetivamente acessível aos funcionários. A partir da discussão, onde antes o medo assinalado começava desaparecer, ficou estabelecido também que
4. As portas do restaurante seriam mantidas abertas, podendo os funcionários afastar-se brevemente durante a jornada de trabalho;
5. As revistas de bolsa não são necessárias, pois são impróprias e ineficientes;
6. A DGA-6 realizará um estudo sobre os descontos e pagamentos de horas-extra.

Ao final do encontro, foi enfatizada a necessidade de dar continuidade a este tipo de reunião. O presidente da Adunicamp sugeriu, como encaminhamento geral de reivindicações dos funcionários dos restaurantes a seguinte sequência:

- a) contato com os chefes imediatos;
- b) contato com o diretor da DGA-6;
- c) contato com a Comissão ou com a Diretoria da Adunicamp.

Ainda como resultado dessa mobilização os "demitidos" foram reintegrados em suas funções.

contribuição à análise crítica da greve do funcionalismo

João Rodrigues Filho

1. ASPECTOS GERAIS

A política errada e inconsequente levada pelas lideranças na greve dos funcionários públicos e professores do Estado de São Paulo tem como causas, na ordem de importância, os três fatores considerados abaixo:

a) A não caracterização objetiva, dentro do contexto econômico, do setor dos funcionários públicos e professores do Estado.

A classe operária está diretamente envolvida na produção, ou seja, é ela que movimenta as máquinas das indústrias e produz toda a riqueza gerada no país. Consequentemente é ela que cria o lucro dos patrões e os fundos que o governo movimenta na realização de suas obras, quer para fins sociais como também para manter a camarilha do poder.

Quando os operários param as máquinas, os lucros dos capitalistas e indiretamente os recursos do governo através dos impostos são imediatamente atingidos e cria-se um impasse que exige solução rápida sob pena de parar toda a economia do Estado com consequências graves para o país devido a posição estratégica ocupada pelo Estado de São Paulo na economia nacional. Este fato pode ser ilustrado com as recentes greves dos metalúrgicos do ABCD. E além disso é essa posição da classe operária no processo de produção que lhe confere toda a força e combatividade contra exploração patronal, quer diretamente nas fábricas como também indiretamente contra políticas de arrocho salarial levadas a efeito pelo governo.

Por outro lado isto não ocorre com o setor dos funcionários públicos e professores que para o início de conversa não constituem uma classe no sentido econômico do termo, mas uma categoria social improdutiva que se sustenta através da repartição da mais valia gerada no processo de produção capitalista e apropriada pelos patrões.

Portanto não há contradição entre este setor e o governo, tendo em vista que o governo representa a classe exploradora. Isto reduz o poder de barganha dos funcionários e professores num enfrentamento de posições, pois o confronto é político ou seja a nível da superestrutura e não estruturalmente.

Concluimos do que foi dito acima que qualquer comparação entre o movimento operário, como por exemplo dos metalúrgicos do ABCD, e dos funcionários públicos e professores é um erro que pode levar a consequências desastrosas como certas radicalizações e precipitações como ocorreu de fato na greve dos funcionários e professores do Estado.

b) A falta de uma análise concreta do atual governo do Estado de São Paulo e o governo Federal.

O governo do Sr. Paulo Maluf difere fundamentalmente do governo anterior do Sr. Paulo Egídio por duas razões:

Primeiro, o Sr. Paulo Egídio pertence, de fato, a classe dominante e é aliado inseparável do grupo do Palácio do Planalto pelos seus interesses dentro da economia do país. Consequentemente o período de seu governo foi quase que uma intervenção do governo central no estado, pois toda política do Estado era decidida em Brasília e o Sr. governador era mero executor de questões já decididas na área federal.

Segundo, o Sr. Paulo Maluf não pertence a classe dominante do Brasil e muito menos ao grupo vulgarmente chamado "gang" do Planalto, ao qual se anexou quando de sua ascensão à Prefeitura da cidade de São Paulo, possivelmente usando a mesma tática que empregou nas "eleições" indiretas que o consagrou Governador do Estado de São Paulo. Há ainda a se computar na carreira do sr. Maluf o fato que sua vitória foi conseguida às custas de candidato do grupo do planalto.

Do que foi dito acima concluímos que um movimento contra o governo do estado não é necessariamente um movimento contra o sistema, exceto quando o movimento se verifica na classe produtiva como foi o caso do ABCD, pois a econo

nia é a estrutura do sistema, o que não ocorre com as questões políticas regionais e mesmo pessoais contra o Sr. Paulo Maluf.

Destas considerações segue-se que em certas circunstancias políticas pode-se até mesmo recorrer ao governo federal contra as pretensões do governo do Estado, pois este é uma pedra no sapato do grupo do poder.

c) A imaturidade das lideranças de sentir as condições subjetivas da massa neste setor da sociedade frente a um movimento deste tipo.

Os funcionários públicos e professores em geral possuem um baixo nível de conscientização política devido objetivamente ao fato de que este setor não constitui uma classe dentro do sistema capitalista e subjetivamente pela situação repressiva implantada pela contra-revolução de 1964.

Como sabemos os funcionários públicos e professores foram duramente perseguidos durante estes 14 anos pela repressão tanto direta dos órgãos policiais como administrativos, através de instrumentos legais implantados pelo regime militar. Dentro deste clima criou-se um medo a qualquer contestação, o que leva a atitudes ambíguas da massa como tivemos ocasião de presenciar várias vezes durante a greve, principalmente durante as assembléias gerais.

É fundamental que as lideranças de um movimento deste tipo saiba captar o sentimento da massa e não avançar além daquilo que ela pode conseguir sob pena de isolar a direção de sua base de sustentação.

2. QUESTÕES DA GREVE

A greve dos funcionários públicos e professores do Estado de São Paulo sofreu uma derrota lamentável e, obviamente, alguém ganhou com isto e este alguém foi, infelizmente o governo do Estado.

Cumpra observar que reconhecer uma derrota não significa abandonar a luta, mas pelo contrário, para aqueles que sinceramente lutam pela melhoria das condições de vida de nosso povo constitui uma razão para uma reflexão desapaixada e realista para que os erros sejam corrigidos e a luta possa continuar até o objetivo final que é a libertação de toda a exploração.

Um movimento grevista deste gênero, embora seja fundamentado numa reivindicação salarial, só pode conseguir uma vitória política sobre o sistema de exploração vingente no país. Esta é uma consequência direta da análise objetiva precedida no item (a) da primeira parte deste artigo. Não queremos dizer que os 70% mais 2.000 não seria uma vitória, mas simplesmente que esta vitória não seria sobre o sistema, isto é, consistiria de um simples rearranjo da classe dominante no que diz respeito a repartição do trabalho não pago no bloco da sociedade exploradora.

Este aspecto as lideranças do movimento deveriam conhecer e infelizmente tal não ocorreu, pois o fato de deflagarem a greve antes do governador enviar a mensagem do aumento à Assembléia, tomando como bandeira de luta uma reivindicação que superava o índice fornecido pelo governo central para o funcionalismo federal, só pode ter sido consequência de uma comparação precipitada, talvez a nível de subconsciente, de uma possível greve do funcionalismo e as greves do ABCD, tendo como resultado uma supervalorização do poder de barganha do setor. Não é porque alguém ganha uma luta aparentemente semelhante possa também ganhar. É necessário ver as condições reais da contenda, aquelas que estão abaixo das aparências.

Tendo como base a análise do aspecto econômico do setor dos funcionários e professores do Estado ter enviado a mensagem à Assembléia Legislativa e com o objetivo de forçar o poder legislativo a arquivar a mensagem para que os grevistas pudessem exigir negociações com o governo.

Uma negociação nestas condições significaria uma vitória política sobre o governo do Estado, o que não ocorreu com as propostas de negociação que de fato se verificou, pois a greve foi deflagrada com a condição de volta ao trabalho somente após atendida a reivindicação de 70% mais 2.000. Assim nada haveria de se negociar qualquer proposta neste sentido das lideranças da greve significaria uma capitulação com graves consequências sobre a moral da massa grevista, o que realmente ocorreu.

Na hipótese da greve ter sido deflagrada nas condições descritas acima, o governo não teria saída senão negociar ou melhor aceitar negociar. Nas negociações caberia aos grevistas propor um aumento percentual igual ao federal no geral o que jogaria com a situação política reinante entre o governo estadual e o federal, com a possível tendência deste para a desmoralização do Sr. Paulo Maluf. Esta posição não excluiria a possibilidade dos grevistas batalharem nas negociações por uma proposta, por exemplo, de 2.000 além do percentual geral para aqueles que ga

nham até 5 salários mínimos. Cumpre observar que este último aspecto das negociações seria uma questão que somente poderia ser decidida no processo de negociação através do balanço da pressão exercida pelo movimento sobre o governo.

Por último as considerações sobre a situação subjetiva do setor mobilizado deveriam ter levado as lideranças ter em mente que qualquer derrota ou capitulação, como de fato ocorreu e que foi consequência necessária da política adotada, refletiria profundamente no desenvolvimento da conscientização política do setor (o que poderia, em caso de vitória, ter reflexo na classe trabalhadora devido a proximidade social dos funcionários principalmente os mais humildes com a classe operária) e que uma vitória política por menor que seja poderia muito contribuir para a organização dos funcionários e professores do Estado de São Paulo.

3. A GREVE NA UNICAMP

Tendo feito uma análise global, mesmo que sumária, da greve no Estado gostaríamos de dedicar algumas linhas para comentar o movimento dentro da UNICAMP, apontando realisticamente os erros e os acertos decorrentes do mesmo.

Não é totalmente incorreto supor que em outros lugares, principalmente no que diz respeito aos professores do 1º e 2º graus e nas outras universidades estaduais, vale o que vamos comentar aqui pois as premissas em que se baseia a análise são as mesmas. Por outro lado não podemos entrar em detalhes, pois não dispomos de espaço suficiente, mas somente indicar os possíveis pontos positivos e negativos (o que superam de longe os primeiros) no geral do movimento da UNICAMP.

A UNICAMP tem aproximadamente três vezes mais funcionários do que professores e embora seu nível de consciência política seja precário, o movimento grevista praticamente se iniciou neste setor da universidade. Entretanto devido a posição ocupada pelos professores dentro da escala de remuneração e cultura, estes monopolizaram e burocratizaram o movimento de tal forma que a medida que a greve se desenvolvia a participação efetiva da massa dos funcionários, embora maior, foi cada vez mais diminuindo, excetuando alguns elementos mais avançados e ligados aos professores. Com isto a representação dos funcionários na greve ia se tornando decorativa, uma vez que os chamados intelectuais se arrogava no direito de defender os interesses da classe com palavreado bonito e falatórios raciocinantes (já dizia alguém bastante conhecido no início do século) que só serviam para dificultar ainda mais a participação dos mais humildes. Para exemplificar esta última observação podemos citar o fato de que chegou-se ao ponto de colocar dois ou três funcionários decorativos nas mesas das assembleias gerais, enquanto que as propostas mais importantes eram manipuladas pelo "intelectual" da mesa.

Com excessão de algumas vozes discordantes que tentaram mostrar o desvio da política usada pelos professores e que foram, até ostensivamente, no geral sufocadas pelos "entendidos" em movimento de massa, o movimento se processou com uma elitização e burocratização crescentes. Também para exemplificar este último aspecto chegou-se ao absurdo de formalizar uma pauta para uma reunião que não tinha mais que 10 pessoas.

As lideranças grevistas por ingenuidade, ignorância das situações objetivas e subjetivas descritas na primeira parte deste artigo e mesmo por vedetismo, tornaram as assembleias gerais e reuniões de unidades cansativas e estereis com propostas e mais propostas (como o intelectual gosta desta palavra, foi a que mais se ouviu nestes dias de greve), votações intermináveis que no final se transformavam em discussões acadêmicas e delírios de radicalismos infantis.

Decisões importantes como as dos atos públicos eram jogadas e votadas rapidamente em assembleias gerais sem que as unidades previamente fizessem discussões para analisar a viabilidade de tais manifestações.

Mesmo dentro da UNICAMP a greve foi uma derrota, pois os resultados de uma batalha não se mede pela situação anterior do lutador mas pelas possibilidades das vitórias que se poderiam ter conseguido dada as condições objetivas da contenda.

É comum negar a derrota alinhando resultados positivos como as denúncias sobre as condições desumana de trabalho no restaurante, algum avanço na conscientização do setor de funcionários, etc. De fato, estes resultados constituem pontos positivos do movimento, é inegável, mas frente ao que se poderia ter conseguido caso não houvesse elitização e burocratização da greve é incomparavelmente maior do que o que foi obtido.

Para terminar gostaria de alertar aos funcionários da UNICAMP, de todo o Estado de São Paulo e aos trabalhadores em geral que na atual situação política e social do país abram os olhos com relação aos chamados "intelectuais" que com seus discursos bonitos e grandiloquentes enganam a massa e os levam a uma política incôsequente e pequeno-burguesa.

DENÚNCIA aos servidores da Unicamp.

Vimos a público denunciar nosso absoluto repúdio pela atitude de abuso de poder por parte do SENHOR SUPERINTENDENTE DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNICAMP, PROF. DR. MANILDO FÁVERO, que, autoritariamente, tomou a decisão insensata de cancelar a contratação, durante o período probatório de 90 dias (CLT), da única Nutricionista do Hospital. Por razões não justificáveis, prejudicou pacientes, alunos (estudantes do curso de enfermagem da UNICAMP, onde a Nutricionista dava aulas, que perderão o semestre, pois não será possível contratar a tempo outro professor), e todo um trabalho sério e dedicado, alegando que "*a Nutricionista não tem espírito para trabalhar em equipe*", e que "*seu modo de ser não convinha para trabalhar com ele*". Dizemos que são injustificáveis estes motivos porque o próprio Sr. Superintendente negou-se a consultar os membros da equipe de trabalho da Nutricionista, certamente por saber serem infundadas suas alegações. De fato, sabemos que o verdadeiro motivo da punição é porque ela, certa vez, contestou o modo autoritário com que o Sr. Superintendente costuma tratar questões relativas aos interesses dos funcionários, ao entregar em nome dos chefes de serviço do Hospital um documento solicitando melhorias no serviço de transporte coletivo. Ao defender o ponto-de-vista dos funcionários, argumentando e mantendo firme sua palavra e de seus colegas, sem abaixar a cabeça e dizer amém conforme desejava o todo poderoso Superintendente, caiu na mira do algoz que utilizou-se do período probatório (apesar da Nutricionista ter sido a 1^a colocada em concurso público), para vingar-se da "*ousadia*" e manter a regra "*falei é lei*". A atitude é mais absurda ainda, já que estão proibidas novas contratações no serviço público. A esta altura, o serviço de nutrição do Hospital está sendo feito por pessoal não habilitado, ou não está sendo feito!

Além dos baixos salários de que todos nós somos vítimas e que contribui para piorar a qualidade dos serviços públicos, somos obrigados a enfrentar personagens da antidemocracia que só trazem prejuízo para a comunidade.

Porisso, reafirmamos nosso repúdio a atitudes arbitrárias que, numa época de afirmação de um sistema mais participativo, mais humanístico e mais adequado às tradições da UNICAMP, maculam o espírito democrático que cultivamos.

COORDENAÇÃO DA CAMPANHA SALARIAL DA UNICAMP

PELO FIM DO AUTORISMO NO H.C.

PELA PERMANÊNCIA DA NUTRICIONISTA.